



**UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA**

Manipulação dos eleitorados como instrumento de ressurgimento de regimes autoritários populistas

[Manipulation of electorates as an instrument for the resurgence of populist authoritarian regimes]

Projeto de Graduação

[1º ciclo de estudos Ciência Política e Relações Internacionais]

João Pedro Azevedo Portela - 2022120210

Orientador:

Prof.^a Doutora Ana Campina

Junho 2025

Manipulação dos eleitorados como instrumento de ressurgimento de regimes autoritários populistas

[Manipulation of electorates as an instrument for the resurgence of populist authoritarian regimes]

Projeto de Graduação

[1º ciclo de estudos Ciência Política e Relações Internacionais]

João Pedro Azevedo Portela - 2022120210

Orientador:

Prof.^a Doutora Ana Campina

Junho de 2025

Dedicatória

À minha namorada, amigos e todos aqueles que de forma positiva impactaram esta minha jornada.

Agradecimentos

Agradeço à minha namorada e amigos por todo o apoio e solidariedade.

Resumo

No âmbito da Ciência Política e da conjuntura atual, revela-se crucial a análise das técnicas de manipulação dos eleitorados por parte de agentes e partidos populistas, nomeadamente através dos meios de comunicação modernos. Decorre daqui a necessidade de interpretação das consequências contraproducentes que uma vitória populista pode ter numa democracia, pelo seu enfraquecimento através de um processo de autocratização, longo e característico de cada caso em particular. Partindo-se de um enquadramento teórico composto por uma análise das origens do populismo, nomeadamente a sua relação direta com o fascismo, são analisadas as particularidades da ideologia populista e a forma como o populismo tem a capacidade de ser um instrumento de criação de crises democráticas. Consequentemente estuda-se a relação do populismo com os *media* na Europa, nomeadamente a identificação dos formatos de *media* escolhidos pelos populistas com o intuito de alcançarem os seus públicos-alvo e as técnicas de manipulação usadas. Por fim, com base em estudos de caso europeus contemporâneos, apresentam-se as consequências que vitórias eleitorais populistas refletem na qualidade e na viabilidade das democracias afetadas, através dos exemplos da Hungria e da Polónia. Estas reforçadas pelas avaliações dos mais relevantes índices de avaliação de democracias internacionais, os quais refletem a erosão em progresso das democracias mencionadas que constituem, portanto casos alarmantes que necessitam de atenção e avaliação nomeadamente num contexto tão turbulento, imprevisível e volátil como o atual, que não dão quaisquer sinais de abrandamento num futuro próximo ou distante, criando incertezas e inseguranças relevantes sobre o futuro e os seus possíveis contornos, que determinarão não apenas o futuro europeu, mas também mundial.

Palavras-Chave: Populismo, Manipulação, Comunicação, *Media*, Autocratização

Abstract

In the context of Political Science and the current situation, it is crucial to analyse the techniques used by populist agents and parties to manipulate voters, particularly through modern media. This leads to the need to interpret the counterproductive consequences that a populist victory can have on a democracy, due to its weakening through a process of autocratisation, which is long and specific to each particular case. Based on a theoretical framework consisting of an analysis of the origins of populism, particularly its direct relationship with fascism, the particularities of populist ideology and the way in which populism has the capacity to be an instrument for creating democratic crises are analysed. Consequently, the relationship between populism and the media in Europe is studied, namely the identification of the media formats chosen by populists in order to reach their target audiences and the manipulation techniques used. Finally, based on contemporary European case studies, the consequences that populist electoral victories have on the quality and viability of the democracies affected are presented, using the examples of Hungary and Poland. These consequences are reinforced by assessments of the most relevant international democracy assessment indices, which reflect the ongoing erosion of the aforementioned democracies, that constitute therefore alarming cases that require attention and evaluation.

Keywords: Populism, manipulation, communication, media, autocratization

Índice

Introdução.....	8
Capítulo I- Enquadramento teórico.....	8
1.1. Fascismo como antecessor do populismo.....	9
1.2. Particularidades da ideologia populista.....	10
1.3. O populismo como produto de crises democráticas.....	11
Capítulo II – Relação do populismo com os media na Europa.....	13
2.1 Formatos de media utilizados por populistas para alcançar o público-alvo.....	13
2.2 Técnicas de manipulação do eleitorado através dos media, exemplos e estatísticas ..	14
Capítulo III – Consequências das vitórias populistas antidemocráticas.....	16
3.1. Erosão Democrática na Hungria e Polónia.....	16
3.2. Impacto da erosão democrática Húngara nos principais índices internacionais de avaliação democrática.....	18
Conclusão.....	21
Referencias bibliográficas:.....	23

Introdução

No mundo contemporâneo é possível identificar alguns padrões políticos mundiais em crescimento, nomeadamente a expansão e crescimento do populismo a um ritmo acelerado. Desse modo, pretende-se explorar a questão, da forma como os populismos usam a manipulação dos eleitorados como instrumento para a obtenção do poder político e instaurarem regimes autoritários. Análise que pretende não só expor e analisar as táticas de manipulação utilizadas pelos agentes e partidos populistas, como também entender as origens deste fenómeno, essencial para compreender o seu crescimento e desenvolvimento, assim como as consequências das suas vitórias eleitorais. Para tal, foi utilizada uma abordagem qualitativa de cariz exploratório e interpretativo, com base em revisão bibliográfica científica, análise crítica de relatórios internacionais de avaliação da democracia e estudo de casos paradigmáticos, os contextos político-institucionais da Hungria e da Polónia. Os métodos utilizados permitiram não apenas caracterizar o populismo contemporâneo no seu enquadramento teórico e histórico, mas também examinar em detalhe a relação entre os populismos e os meios de comunicação social, bem como os efeitos concretos da manipulação do eleitorado sobre os pilares institucionais do Estado democrático de direito. O desenvolvimento do trabalho estrutura-se em três capítulos, o primeiro propõe um enquadramento teórico, com especial enfoque nas origens ideológicas do populismo e na sua relação histórica com o fascismo, destacando as suas principais características e formas de atuação. O segundo capítulo analisa de forma detalhada a relação entre populismo e comunicação política, identificando os formatos de media mais explorados por estes movimentos e as técnicas de manipulação utilizadas para captar apoio popular e desinformar o eleitorado. O terceiro capítulo é dedicado à análise das consequências práticas das vitórias populistas em contextos democráticos, com particular destaque para os casos da Hungria e da Polónia, onde se observa uma clara degradação institucional após a ascensão de partidos populistas ao poder. Ultimamente, pretende-se concluir, de forma clara e objetiva, sobre as técnicas de manipulação populista sobre os eleitorados, identificar o padrão crescente do fenómeno populista partindo dos dois casos analisados e expor as formas como as instituições democráticas são erodidas pelos governos populistas.

Capítulo I- Enquadramento teórico

1.1. Fascismo como antecessor do populismo.

No mundo contemporâneo está em curso um processo progressivo de desdemocratização em claro contraste com a tendência estabelecida após o fim da Segunda Guerra mundial (Lührmann & Lindberg, 2019).

Desse modo, para o âmbito deste projeto será analisado este fenómeno, as suas causas, os seus protagonistas e os seus mecanismos de difusão e manipulação, em particular no continente europeu desde o ano de 1945 até hoje.

O final da Segunda Grande Guerra marcou o fim dos principais regimes fascistas da Europa, dando início a um processo de cooperação em grande escala de reconstrução, reaproximação e a implementação de uma série de mudanças constitucionais e legislativas com o intuito de não permitir o retorno dos regimes ditatoriais fascistas.

No entanto nos últimos 50 anos é notável o surgimento de diversos partidos europeus com características e ideologias similares ao fascismo, partidos como o Fidesz da Hungria, Lei e Justiça da Polónia, Reunião Nacional da França, Vox na Espanha, Chega em Portugal e Alternativa Nacional na Alemanha, dispendo de tais características como o culto ao líder, ataque a notícias e media que se mostrem desfavoráveis às suas mensagens, ideais nacionalistas e isolacionistas e desconfiança e desdenho de estrangeiros e minorias étnicas. A divergência entre ambos trata-se da maneira de como implementam as suas agendas após a obtenção do poder político , apesar de ambos terem em comum o facto de os seus auges de crescimento e difusão acontecerem após grandes momentos de sofrimento coletivo como as consequências sociais, económicas e geográficas nas décadas de 1920 e 1930 na Alemanha que criaram as condições necessárias para o crescimento da ideologia nazi através do discurso populista da necessidade de eleger alguém que represente o povo puro contra as elites estrangeiras que pretendiam humilhar e limitar o país, ou a crise económica de 2008 que afetaram gravemente o poder económico de inúmeras pessoas à escala mundial, as restrições de liberdades e consequências sociais derivadas da pandemia da COVID-19 e atual crise migratória vivida em especial na Europa que permitem e favorecem a proliferação de discursos populistas nacionalistas que pretendem implementar as suas visões anti-globalistas, *anti-establishment* e anti-imigração (Inglehart & Norris, 2016). Ora, a diferença encontra-se no facto de na época áurea dos líderes fascistas como Hitler que foi democraticamente eleito ou Mussolini que chegou ao poder através da implementação de pressão no regime político pré-existente com o uso de força militar, estes

não eram adversos ao uso de violência e repressão estatal brutal contra a população de modo a consolidarem os seus regimes, algo dificilmente aplicável nas democracias modernas devido aos *checks and balances* criados de modo a evitar tais acontecimentos. Devido à necessidade de adaptar as suas táticas e funcionamentos aos constrangimentos democraticamente impostos, é possível retratar o populismo como uma forma de pós-fascismo tal como retratado por Fincheslstein (*Breve História Das Mentiras Fascistas*, 2020) “Ao contrário do fascismo, o populismo é um entendimento autoritário da democracia que reformulou o legado do fascismo, após 1945, para combinar com processos democráticos diferentes.” e “Depois da derrota do fascismo, o populismo como forma de pós-fascismo, redesenhando o fascismo para consumo em tempos democráticos (...) o populismo é o fascismo adaptado à democracia”.

1.2. Particularidades da ideologia populista

De modo a entender as razões por detrás da rápida expansão do populismo é necessário compreender primeiro as suas características.

Apesar da falta de consenso sobre a forma geral da existência do populismo como uma ideologia, utilizando os conceitos, propostos por Mudde e Kaltwasser (*Populismo- Uma Brevíssima Introdução*, 2017) de “ideologia de baixa densidade” e “ideologias densas” e tendo em conta a definição de ideologia como “um corpo de ideias normativas acerca da natureza do homem e da sociedade, assim como da organização e dos fins da sociedade” torna-se claro que o populismo enquadra-se na categoria de “ideologias de baixa densidade” devido à sua morfologia limitada que a faz surgir ligada ou até mesmo justaposta a “ideologias densas” como o socialismo, liberalismo ou até mesmo o fascismo. Esta limitação, no entanto, trata-se uma característica que confere ao populismo um nível de flexibilidade bastante elevado permitindo-o assim adaptar-se com facilidade à sociedade que pretende ter como alvo, assim como as suas culturas, circunstâncias políticas, económicas e sociais moldando a sua aparência e discurso de modo a se encaixar como solução para qualquer problema societal. No entanto esta rápida adaptação trata-se de uma solução a curto prazo que apenas funciona com problemas específicos que o populismo procura politicizar devido, muitas vezes, à falta de criação de soluções pelos governos, quer de maneira intencional ou não, ou seja, no que concerne a problemas e desafios mais amplos fora desta esfera particular necessita, então, aliar-se a uma “ideologia densa” pré-existente que melhor sirva os seus interesses.

Além disso, outra constante característica universal aos populismos ao longo do tempo e

nas mais diversas áreas geográficas trata-se de todas as formas populismo sempre “incluïrem algum tipo de apelo ao “povo” e uma denúncia da “elite”, “uma crítica do *establishment* e uma adulação do povo comum”, criando assim dois campos antagônicos na sociedade, “o povo puro” versus “a elite corrupta”, procurando sempre defender aquilo que considera ser a vontade geral do povo. Característica que se traduz, muitas vezes, no líder populista procurar retratar-se como um *outsider*, um membro do “povo puro” que apenas se insere no cenário político com o intuito de combater a partir de dentro as bases do *establishment*, dismantelar a corrupção das elites e devolver a soberania ao povo. Para tal faz uso de uma noção muito ambígua de “povo” quase como um “significante vazio” o que fortalece o populismo pois pode enquadrar o povo “de um modo que apela a diferentes eleitorados e articula as suas exigências, consegue criar uma identidade partilhada por diferentes grupos e facilitar o seu apoio a uma causa comum” (Mudde e Kaltwasser, *Populismo- Uma Brevíssima Introdução*, 2017).

1.3. O populismo como produto de crises democráticas

O crescimento do populismo é constantemente interpretado como um sintoma de crises na democracia liberal que se manifesta quando parcelas significativas da população se demonstram desiludidas com o funcionamento do sistema democrático.

É precisamente com base nas falhas das instituições democráticas ou momentos de disrupção política e socioeconómica que advêm as janelas de oportunidade para o populismo surgir como resposta a tais problemas. Taggart (1995), por exemplo, descreveu o “novo populismo” como uma ideologia antissistema de extrema-direita resultante do fracasso do sistema político vigente e das crises mundiais dele originadas. Assim, é observável a forma como o populismo canaliza frustrações populares perante instituições percecionadas como ineficazes ou distantes. Canovan (2005) afirma que os populistas são perigosos “precisamente porque estão certos”, identificam problemas reais na democracia contemporânea, percebida como afastada e indiferente ao povo, sinalizando, então, para deficiências na representação democrática, como um alerta de que partes do eleitorado não se sentem devidamente ouvidas, corretamente representadas e até mesmo traídas pelas elites governativas.

A história europeia pós-1945 foi marcada por contextos de crise que têm frequentemente servido de terreno fértil para o aparecimento de movimentos populistas. Embora no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, os sistemas democráticos ocidentais tenham experienciado uma relativa estabilidade, com exceção de alguns fenómenos populistas

pontuais, as décadas seguintes sinalizaram uma correlação entre choques socioeconómicos e o avanço de retóricas populistas, ao exacerbarem os sentimentos de abandono e desespero entre os cidadãos comuns. Tal correlação é mais visível na forma como indicadores como desemprego alto, cortes salariais e austeridade fiscal contribuíram para o crescimento de partidos populistas de esquerda no sul da Europa durante a crise da dívida soberana iniciada em 2008. Algos casos emblemáticos que exemplificam essa conexão trata-se do Syriza na Grécia e o Podemos na Espanha, os quais beneficiaram politicamente com o descontentamento popular face á crise do euro e às políticas de austeridade, ao apresentarem-se como a voz dos prejudicados pelas elites tecnocráticas de Bruxelas e pelos governos tradicionais.

Capítulo II – Relação do populismo com os media na Europa

2.1 Formatos de media utilizados por populistas para alcançar o público-alvo

Os populistas europeus recorrem a uma variedade de formatos mediáticos, desde os meios de comunicação tradicionais até às plataformas digitais modernas para difundir as suas mensagens e mobilizar o seu públicos-alvo. Os media tradicionais como a televisão, rádio e imprensa escrita começaram por ser inicialmente os meios de difusão de eleição dos agentes populistas, em linha com a evolução do marketing político a nível mundial. Muitos deles alcançaram a projeção mediática desejada precisamente através da televisão ou da imprensa escrita antes de entrarem na política institucional. *Exemplos notórios* incluem Silvio Berlusconi, que usou o império televisivo de que era proprietário para projetar a sua imagem e agenda política em Itália, ou André Ventura em Portugal, que construiu uma imagem pública como comentador desportivo no canal televisivo CMTV antes de fundar o partido Chega em 2019 (Batista, 2022). Essa presença mediática prévia permitiu-lhes criar notoriedade e laços de familiaridade e reconhecimento com audiências amplas, servindo de base para futuras campanhas políticas (Batista, 2022). De modo geral, os populistas aproveitam-se da lógica comercial dos media noticiosos, declarações polémicas e simplistas costumam receber destaque superior nos telejornais e jornais, pois atraem uma maior atenção do público. Assim, mesmo sem controlarem diretamente os principais órgãos de comunicação, figuras populistas conseguem muitas vezes tempo de antena significativo ao fornecerem conteúdos sensacionalistas que os media não ignoram (Mudde & Kaltwasser, 2017). Este “megafone mediático” tradicional tende a amplificar a retórica populista, intencionalmente ou não, ao tornar suas figuras e slogans parte do debate público quotidiano.

Outra estratégia comum é a crítica e deslegitimação dos próprios media convencionais. Paradoxalmente, enquanto usam os jornais e televisões para se promoverem, os populistas frequentemente acusam-nos de parcialidade ou de fazerem parte da “elite” contra o “povo puro”. Ao rotular a imprensa tradicional como tendenciosa ou inimiga, estes líderes tentam minar a credibilidade das fontes independentes e posicionarem-se como a única fonte “verdadeira” de informação credível (Silva, 2024). Essa tática, inspirada pelo famoso refrão de “media do sistema” ou “fake news” cunhada na América do Norte, visa fidelizar a sua base de apoio: os seguidores passam a confiar sobretudo nas comunicações diretas do líder populista e suspeitar de quaisquer críticas feitas pela imprensa estabelecida. Como

nota Silva (2024), “os media podem também ser acusados de colaborar com líderes populistas ao dar-lhes voz”, pois, na prática, ajudam a difundir as suas mensagens. Em vários países europeus, canais de televisão populistas ou alinhados com forças populistas ganharam espaço mediático, por exemplo, na Hungria e Polónia surgiram estações evidentemente pró-governamentais após a chegada de partidos populistas ao poder, e mesmo em países sem populistas em cargos governamentais há casos de médias sensacionalistas que propagam pontos de agenda semelhantes (Buštíková & Guasti, 2017). Assim, os formatos tradicionais permanecem centrais: entrevistas televisivas, debates radiofónicos, artigos em jornais e até cartazes e panfletos continuam a ser ferramentas utilizadas pelos populistas para alcançar segmentos amplos da população, em particular os eleitores mais velhos ou de áreas onde os meios digitais de escrutínio têm menos penetração.

2.2 Técnicas de manipulação do eleitorado através dos media, exemplos e estatísticas

A eficácia populista em conquistar apoio popular não se deve apenas aos canais utilizados, mas também às técnicas de manipulação utilizadas no conteúdo das mensagens e na forma de disseminação. A comunicação populista frequentemente recorre a artifícios que distorcem perceções, exploram emoções e simplificam a realidade para influenciar o eleitorado a favor da sua agenda. Entre as principais técnicas identificadas destacam-se a construção de narrativas polarizadoras, o apelo a emoções primárias como medo, indignação ou ressentimento, a disseminação de desinformação e teorias da conspiração e a repetição e amplificação massiva de *slogans* e *frames* simplistas, inclusive por meio de *bots* ou *trolls* online.

Um estudo de Hall (2018) na Universidade de Harvard concluiu que esse tipo de discurso simplificado e antagonista promove hostilidade social e pode enfraquecer a democracia liberal, pois destrói a confiança pública nas instituições e no pluralismo, elementos essenciais do sistema (Hall, 2018, citado em Silva, 2024). Por exemplo, na campanha do Brexit no Reino Unido fortemente marcada por elementos populistas, a retórica “*Leave*” opôs “patriotas” vs. “traidores”, povo vs. burocratas de Bruxelas, simplificando discussões complexas sobre soberania e economia em slogans emotivos como “*Take Back Control*”. Essa polarização extremada distorceu a perceção dos eleitores sobre os prós e contras reais da União Europeia, evidenciando como marketing emocional suplantou a análise factual. Para além disso os populistas manipulam o eleitorado explorando medos e preconceitos latentes através dos media. Temas como imigração, criminalidade, corrupção e identidade

nacional são apresentados de forma sensacionalista para provocar reações exacerbadas . Os conteúdos de media populistas tendem a enfatizar aspetos negativos e alarmistas como crimes violentos cometidos por estrangeiros, casos isolados de corrupção elevados a regra geral e ameaças culturais exageradas (Manucci, 2019). Na prática, trata-se de amplificar incidentes ou problemas específicos fora de proporção, criando uma sensação de crise permanente. Um exemplo concreto trata-se da cobertura mediática promovida pelo governo húngaro durante a chamada “crise migratória” de 2015 no qual os noticiários alinhados com o partido de Viktor Orbán repetidamente exibiram imagens de multidões desordeiras na fronteira e vincularam imigração a terrorismo e criminalidade, fomentando medo na população. Essa campanha mediática culminou num referendo sobre imigração em 2016 acompanhado por cartazes oficiais insinuando que refugiados representavam um perigo físico e cultural , narrativa que era desprovida de base factual, mas emocionalmente poderosa.

Em terceiro lugar, a difusão de informação falsa ou enganosa , “*fake news*” , tornou-se uma ferramenta onipresente de manipulação associada ao populismo, em grande medida facilitada pelas redes sociais. Notícias fabricadas ou teorias conspirativas podem espalhar-se rapidamente antes de serem desmentidas, atingindo milhões de pessoas. O resultado é a proliferação de boatos e conteúdos que favorecem as narrativas populistas.

Estudos sobre eleições europeias recentes confirmam o papel da desinformação , durante as eleições para o Parlamento Europeu em 2019, uma análise de mais de 7 milhões de *posts* indicou que embora as fontes de “*fake news*” ou originadas em sítios conspirativos representassem menos de 4% dos links partilhados no X , no Facebook algumas histórias alsas altamente populares geraram até quatro vezes mais interações do que as notícias verificadas mais importantes produzidas pela imprensa profissional.

Capítulo III – Consequências das vitórias populistas antidemocráticas

3.1. Erosão Democrática na Hungria e Polónia

Os casos da Hungria e Polónia ilustram processos contemporâneos de erosão democrática desencadeados por líderes populistas após serem eleitos democraticamente, que uma vez no poder enfraquecem sistematicamente as instituições democráticas e o Estado de direito. Nestes países europeus, observa-se uma trajetória semelhante, que consiste em, após vitórias eleitorais de partidos ou dirigentes populistas, iniciar uma estratégia concertada de corrosão institucional, concentração de poder e restrição de liberdades civis. As particularidades de ambos variam, mas partilham alguns métodos, como a subordinação dos tribunais, o controlo dos meios de comunicação social, reformas legais centralizadoras e a repressão à sociedade civil e oposição. De modo a ilustrar estes fenómenos será realizada a análise de casos contemporâneos como o da Hungria e da Polónia, com o intuito de destacar as táticas usadas pelos governos populistas para consolidar o seu poder e os impactos diretos sobre o funcionamento da democracia em cada contexto nacional. Em primeiro lugar, na Hungria, o primeiro-ministro Viktor Orbán e o seu partido Fidesz implementaram, a partir da sua vitória em 2010, uma profunda reconfiguração do sistema político, marcada pela subjugação de instituições independentes e pela erosão de *checks and balances*. Orbán utilizou a sua maioria de dois terços no Parlamento para aprovar uma nova Constituição em 2011 e sucessivas emendas que consolidaram o poder do executivo, mudanças que reduziram a autonomia do poder judicial através de métodos como, por exemplo, alterar a composição e competências do Tribunal Constitucional de modo a aumentar o número de juízes e nomear apenas os considerados leais ao regime, ao mesmo tempo que foi reduzida a jurisdição do Tribunal em matérias orçamentais. Medidas semelhantes afetaram os tribunais comuns, incluindo a redução compulsória da idade de reforma dos juízes com o intuito de forçar a substituição de dezenas de magistrados por nomeados políticos favoráveis ao governo. Em 2012, foi criada uma nova instituição de supervisão dos tribunais, o Conselho Judicial Nacional concentrando o poder de nomeação e disciplina de juízes e comprometendo, então, a independência judicial. Para além disso, Orbán levou a cabo uma campanha de controlo dos meios de comunicação social e do espaço público informativo. Nos primeiros anos do seu governo, aprovou leis reguladoras dos *media* que criaram autoridades reguladoras subordinadas ao governo, impondo controlos editoriais e financeiros sobre a imprensa. Canais públicos foram transformados em veículos de propaganda governamental e jornalistas críticos enfrentaram pressões e vigilância governamental. Em 2018, aliados do governo consolidaram mais de 400 órgãos

de comunicação privados numa fundação pró-governamental, eliminando na prática o pluralismo mediático no país (Bogaards, 2018) . Esta monopolização mediática garantiu um forte controlo da narrativa pública orquestrada e controlada pelo governo. Sucessivamente, no contexto político, Orbán também alterou as regras eleitorais de forma a beneficiar desproporcionalmente o Fidesz ao redesenhar círculos eleitorais, introduzir reformas eleitorais unilaterais e usar recursos estatais em campanhas partidárias . Observadores internacionais apontaram que tais transformações comprometeram drasticamente a credibilidade das eleições húngaras devido às novas vantagens desproporcionais criadas com o intuito de manter os atuais governantes no poder. A sociedade civil, por sua vez, foi alvo de repressão legal e administrativa. O governo aprovou leis que dificultam a atuação de Organizações não Governamentais com financiamento estrangeiro, que rotulava organizações financiadas do exterior como possíveis agentes estrangeiros. Orbán frequentemente hostilizou publicamente grupos de defesa de direitos humanos e fundações internacionais, de modo a criar um clima adverso para ativistas. Universidades e instituições académicas independentes sofreram intervenções, a Universidade da Europa Central foi forçada a encerrar em Budapeste em 2018 após a aprovação de legislação direcionada contra universidades estrangeiras, sendo obrigada a se mudar-se para o exterior. No caso polaco, partido nacional-populista Lei e Justiça, liderado por Jarosław Kaczyński, chegou ao governo em 2015 e iniciou imediatamente um confronto com os pilares da democracia liberal, embora dentro do enquadramento formal da Constituição. O Lei e Justiça conduziu uma ofensiva contra a independência do poder judicial e os órgãos de fiscalização, gerando uma crise do Estado de direito que persiste há vários anos (Freedom House, 2024) . O caso mais emblemático foi a tomada de controlo do Tribunal Constitucional em 2015, o novo parlamento de maioria do Lei e Justiça recusou-se a empossar juízes nomeados pelo governo anterior e aprovou apenas os nomeados por si, provocando uma dualidade jurídica. Subsequentemente, o Tribunal Constitucional foi presidido por uma juíza próxima do partido governante, comprometendo a imparcialidade do mesmo (Amnesty International, 2017). O governo também reorganizou os tribunais comuns e o Supremo Tribunal ao impor reformas legislativas que aposentaram antecipadamente dezenas de juízes do Supremo Tribunal e criaram uma câmara disciplinar com poder para sancionar magistrados. Tais mudanças violaram padrões europeus, levando a múltiplas condenações do Estado Polaco pelo Tribunal de Justiça da União Europeia e pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Apesar disso, nenhuma das alterações controversas foi revertida pelo governo, resultando num conflito prolongado com a União Europeia sobre o primado do direito e a

independência judicial (Court of Justice of the European Union, 2021). A corrosão institucional estendeu-se também a outros domínios. Os órgãos públicos de *media*, a rádio e especialmente a televisão pública foram transformados em veículos de propaganda governamental, com perseguição de jornalistas independentes e alinhamento editorial ao discurso oficial. O pluralismo mediático deteriorou-se principalmente através de pressões sobre os *media* privados, após a aprovação de uma lei criada com o intuito de limitar a propriedade de empresas de comunicação social por capitais não europeus. Para além disso, empresas estatais polacas adquiriram grupos de *media* regionais, consolidando um maior controlo governamental sobre a imprensa local. No que concerne a sociedade civil, a Polónia mantém um setor associativo vibrante em comparação com os seus vizinhos, mas o governo tem criado um ambiente desigual e hostil para organizações não alinhadas com as políticas governamentais. Fundos públicos passaram a ser direcionados de forma preferencial a Organizações não Governamentais alinhadas ideologicamente com o governo em detrimento de associações liberais ou críticas. Embora até agora a Polónia não tenha aprovado uma lei sobre agentes estrangeiros como na Hungria, campanhas de rotulagem pública visam deslegitimar e pressionar ativistas de direitos humanos, grupos ambientalistas, organizações feministas e outras vozes da sociedade civil que discordam da agenda governamental. Também o direito de manifestação tem enfrentado entraves, protestos antigovernamentais como as grandes manifestações de mulheres contra a proibição quase total do aborto em 2020 e 2021, foram recebidos com vigilância policial intensa e acusações judiciais contra alguns organizadores. Em contraste, reuniões e marchas pró-governo obtêm frequentemente tratamento preferencial e apoio institucional, demonstrando uma aplicação seletiva do direito de reunião (Freedom House, 2023).

3.2. Impacto da erosão democrática Húngara nos principais índices internacionais de avaliação democrática.

Os principais responsáveis por seguirem e avaliarem os padrões de democratização ou autocratização, assim como da qualidade das democracias a nível mundial tratam-se do Freedom in the World publicado pelo Freedom House, Democracy Index publicado pelo Economist Intelligence Unit da revista The Economist, Varieties of Democracy publicado pelo V-Dem institute e The Global State of Democracy publicado pelo International Institute for Democracy and Electoral Assistance. Através destes índices torna-se possível analisar a erosão democrática húngara, analisada em particular nesta secção devido ao seu caso pioneiro na UE de retrocesso significativo.

No Freedom in the World 2024 da Freedom House, a Hungria é classificada como “Parcialmente Livre” com uma pontuação global de 65 em 100 (Freedom House, 2024). Essa pontuação reflete um declínio acentuado na última década. A Hungria foi considerada “Livre” até 2019, tornando-se o primeiro Estado Membro da União Europeia a retroceder para a categoria de liberdade parcial. A deterioração deve-se a múltiplos fatores de retrocesso democrático, incluindo o enviesamento do sistema eleitoral e a concentração de poder no atual partido governante, o Fidesz. Observadores internacionais destacaram que as eleições parlamentares de 2022 não foram plenamente livres nem justas, dadas as regras eleitorais alteradas em benefício do partido no poder, o uso indevido de recursos estatais e controlo mediático pelo governo de Orbán. Essas práticas resultaram na redução das pontuações de direitos políticos e liberdades civis atribuídas ao país. Além disso, a Freedom House documenta restrições à liberdade de imprensa e da sociedade civil, bem como reformas legais que enfraqueceram os contrapesos institucionais, como a independência judicial. No índice Nations in Transit 2024 da Freedom House, que avalia a qualidade da democracia pós-comunismo, a Hungria pontua 3,57 numa escala de 1 a 7, o equivalente a 43 em 100, correspondendo à categoria de “Regime Transitório ou Híbrido” (Freedom House, 2024). A Freedom House atribui este declínio a fenómenos concretos como a erosão das instituições democráticas, a pressão sobre a imprensa e Organizações não governamentais independentes, e reformas legais que contribuíram para a erosão do Estado de direito, incluindo governar por decretos sob estados de emergência prolongados e alterações constitucionais que fortaleceram os poderes do executivo. Seguidamente, o Democracy Index corrobora o quadro de declínio, na sua edição mais recente, Democracy Index 2024, a Hungria aparece classificada como “democracia com falhas”, já não uma democracia plena, com uma pontuação de 6,51 em 10 pontos (Economist Intelligence Unit, 2024). A EIU aponta fragilidades sobretudo no funcionamento do governo e na participação política, nas quais a Hungria obtém notas baixas, apenas 4,44 em 10 na participação política e 5,71 em 10 no funcionamento governamental. Tais resultados refletem a dominação do poder executivo por Orbán e o seu partido, a fraca capacidade da oposição influenciar políticas e a redução do pluralismo mediático. Por outro lado, a pontuação relativamente mais alta em processo eleitoral e pluralismo, 8,75 de 10, sugere que ainda existem eleições multipartidárias periódicas embora desequilibradas a favor do Fidesz. No geral, o Democracy Index evidencia uma tendência regressiva, desde 2010 a Hungria deslizou gradualmente da categoria das democracias plenas para o limiar inferior das democracias com falhas. Esse declínio é atribuído à erosão de *checks and balances*, clientelismo e alterações constitucionais que desequilibraram a separação de poderes, bem

como ao uso de retórica populista que reduziu a confiança pública nas instituições. Seguidamente, o V-Dem ilustra de forma contundente a trajetória de autocratização húngara. O Índice de Democracia Liberal, principal indicador do V-Dem caiu para cerca de 0,32 num máximo de 1,00 nos anos recentes, enquanto o Índice de Democracia Eleitoral se situa em torno de 0,44 na mesma escala (V-Dem Institute, 2025) . Estes valores colocam a Hungria muito abaixo da média da UE e corroboram a conclusão de que o país deixou de ser uma democracia liberal funcional. Desde 2019, o V-Dem classifica formalmente a Hungria como “autocracia eleitoral”, mais uma vez sendo o caso pioneiro desta tendência na União Europeia (V-Dem Institute, 2025). No mais recente relatório, o V-Dem destaca que 2024 marca o sétimo ano consecutivo da Hungria como autocracia eleitoral . A “terceira vaga de autocratização” global tem na Hungria um exemplo emblemático de desmantelamento gradual e sistemático da democracia. Entre os fatores específicos apontados estão a subversão da independência judicial, através de reformas que subordinam tribunais ao executivo, a nepotização e patrimonialismo no Estado, assim como o controlo quase total dos *media* pelo governo e oligarcas alinhados, sufocando o debate plural. O Global State of Democracy converge no diagnóstico de declínio democrático, nos Global State of Democracy Indices, a Hungria apresenta atualmente um desempenho de nível médio nas quatro categorias principais, Representação Governamental, Direitos Fundamentais, Estado de Direito e Administração Imparcial, porém com tendências negativas marcadas em anos recentes (International IDEA, 2023). Entre 2019 e 2024, registaram-se declínios significativos no Estado de Direito na Hungria, bem como um decréscimo na qualidade do Governo Eleito, esses indicadores refletem problemas como o enfraquecimento da independência judicial, a pressão sobre órgãos de supervisão e a governação por decreto. Apesar disso, a Hungria ainda mantém alguns pontos fortes relativos, por exemplo, o país permanece no percentil superior em indicadores de sufrágio inclusivo e participação eleitoral, bem como em ordem e segurança. Tais fatores indicam que, do ponto de vista formal, o sistema eleitoral inclui toda a população adulta e realiza eleições periódicas. Contudo, a deterioração na liberdade de expressão e nos mecanismos de fiscalização do governo domina a tendência recente. Todos os fatores abordados nos índices mencionados apontam para um processo alarmante e evidente de erosão democrática praticada por um governo populista democraticamente eleito. Processo que não se trata de um caso isolado, tal ocorre também em países como a Polónia, Estados Unidos da América sob Donald Trump e o Brasil sobre Bolsonaro antes de ter sido sucedido por Lula da Silva, mas analisado em foco na Hungria devido a ser pioneira neste fenómeno no enquadramento europeu contemporâneo.

Conclusão

Após a investigação desenvolvida com o propósito de explorar a questão da forma como os populismos usam a manipulação dos eleitorados como instrumento para a obtenção do poder político e instaurarem regimes autoritários e a utilização de uma abordagem qualitativa de cariz exploratório e interpretativo, com base em revisão bibliográfica científica, análise crítica de relatórios internacionais de avaliação da democracia e estudo de casos paradigmáticos, os contextos político-institucionais da Hungria e da Polónia, é possível expor as conclusões obtidas. Assim, as conclusões obtidas revelam que o populismo atual não se limita a ser uma retórica oposicionista ou um fenómeno passageiro, mas antes representa uma estratégia bem estruturada de subversão do modelo liberal-democrático. Verificou-se que os populistas utilizam, de forma sistemática e deliberada, técnicas de manipulação mediática, como a polarização narrativa, o apelo emocional e o recurso à desinformação, com o intuito de influenciar perceções, fracionar o eleitorado, deslegitimar os oponentes políticos e as instituições independentes. Esta estratégia é amplificada por uma utilização habilidosa dos meios de comunicação, tanto tradicionais como digitais e pela retórica de denúncia do próprio sistema mediático utilizado. A análise dos casos da Hungria e da Polónia confirmou que, uma vez no poder, os populistas não apenas mantêm, como aprofundam estas práticas, através do uso de mecanismos legais e institucionais para enfraquecer a separação de poderes, controlar os meios de comunicação, limitar a atuação da sociedade civil e interferir na independência judicial. Estes processos, embora formalmente enquadrados dentro da legalidade, configuram uma clara degradação da qualidade democrática. Conclui-se, portanto, que a manipulação dos eleitorados é uma ferramenta estruturante da estratégia populista, não um subproduto colateral. Ela serve como meio para alcançar o poder e como mecanismo para manter e expandir esse poder, desmantelando gradualmente os fundamentos do Estado de Direito democrático. Este padrão serve tanto como caso de estudo de um fenómeno político de grande relevância para o mundo contemporâneo, como uma forma de alerta para os líderes democráticos, que ação multilateral coletiva é necessária com urgência de modo a tentar preservar a cultura e modelo democrático.

Referencias Bibliográficas:

Amnesty International. (2017). Amnesty International Report 2016/17: The state of the world's human rights. Amnesty International Ltd. <https://www.amnesty.org/es/wp-content/uploads/2021/05/POL1048002017ENGLISH.pdf>

Baptista, J. P., & Gradim, A. (2022). A working definition of fake news. *Encyclopedia*, 632–645. <https://doi.org/10.3390/encyclopedia2010043>

Bogaards, M. (2018). De-democratization in Hungary: Diffusely defective democracy. De-democratization in Hungary: Diffusely defective democracy. *Democratization*, 25(8), 1481–1499. <https://doi.org/10.1080/13510347.2018.1485015>

Bušíková, L., & Guasti, P. (2017). The illiberal turn or swerve in Central Europe? Politics and Governance, 166–176. <https://doi.org/10.17645/pag.v5i4.1156>
Canovan, M. (2005). The people. Polity Press.

Case C-791/19, European Commission v. Republic of Poland, EU:C:2021:553 (Judgment of July 15, 2021) <https://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?num=C-791/19>

Finchelstein, F. (2020). Uma breve história das mentiras fascistas (M. Pinheiro, Trad.)

Freedom House. (2023). Freedom in the World 2023. Freedom House. https://freedomhouse.org/sites/default/files/2023-03/FIW_World_2023_DigitalPDF.pdf

Freedom House.(2024). Freedom in the World 2024. Freedom House. <https://freedomhouse.org/report/freedom-world>

Hall, S. (2018). Notes on Deconstructing “the Popular” [1981]. In D. Morley (Ed.), *Essential Essays, Volume 1 : Foundations of Cultural Studies* (pp. 347–361). Duke University Press. <https://doi.org/10.1515/9781478002413-018>

Inglehart, R., & Norris, P. (2016). Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash. Harvard Kennedy School Faculty Research Working Paper Series. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2818659>

International IDEA. (2023). The Global State of Democracy 2023: The New Checks and Balances. International Institute for Democracy and Electoral Assistance. <https://www.idea.int/sites/default/files/2024-02/the-global-state-of-democracy-2023-the-new-checks-and-balances.pdf>

Lührmann, A., & Lindberg, S. I. (2019). A third wave of autocratization is here: what is new about it? *Democratization*, 1095–1113. <https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1582029>

Manucci, L. (2019). *Populism and collective memory: Comparing fascist legacies in Western Europe*. Routledge.

Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2017). *Populism: A Very Short Introduction* (2.^a ed.). Oxford University Press.

Taggart, P. A. (2000). *Populism*. Concepts in the Social Sciences. Open University Press.

The Economist Intelligence Unit. (2024). Democracy Index 2023: In sickness and in health? The Economist Intelligence Unit. <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2023/>

V-Dem Institute. (2025). Democracy Report 2025: 25 Years of Autocratization – Democracy Trumped? V-Dem Institute. https://www.v-dem.net/documents/60/V-dem-dr_2025_lowres.pdf